

DEONTOLOGISMO EPISTÊMICO: UMA ABORDAGEM SUBJETIVISTA

Felipe M. Müller*

SÍNTESE – Das coisas que podem ser ditas sobre a noção de justificação epistêmica, a melhor delas é que ela é uma condição necessária para a obtenção de conhecimento. Entretanto, há quem pense que, mesmo que o Deontologismo Epistêmico seja sustentável, o cumprimento de deveres epistêmicos não seria uma condição necessária para o conhecimento. Alguém poderia violar seus deveres epistêmicos e ter conhecimento. O meu propósito, neste ensaio, é investigar se o cumprimento de deveres epistêmicos é ou não uma condição necessária para o conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE – Deontologismo epistêmico. Deveres epistêmicos. Justificação epistêmica. Conhecimento. Epistemologia.

ABSTRACT – Of all the things that can be said about the notion of epistemic justification, the best is that it is a necessary condition for the acquisition of knowledge. However, there are those who think that, even if Epistemic Deontologism is a tenable view, the fulfillment of epistemic duties is not a necessary condition of knowledge. It would be possible for someone to violate his epistemic duties and still have knowledge. My aim in this essay is to inquire into whether the fulfillment of epistemic duties is a necessary condition of knowledge.

KEY WORDS – Epistemic deontologism. Epistemic duties. Epistemic justification. Knowledge. Epistemology.

I

Existe um sentido no qual o melhor que alguém pode fazer, através da reflexão filosófica, é assegurar para si mesmo que não possui uma crença epistemicamente injustificada, que não houve algo errado no modo como adquiriu sua crença, que a sua performance epistêmica foi irrepreensível. Se o sujeito tem ou não conhecimento, isso é uma questão de se o mundo coopera a ponto de recompensar crença justificada com verdade.¹ Essa visão sobre a natureza da justificação está associada à idéia de que justificação epistêmica possui um componente deontológico inerradicável. Afinal, “os termos ‘justificado’, ‘justificação’ e seus cognatos são mais naturalmente entendidos no que podemos chamar um sentido ‘deontológico’, como fazemos com ‘obrigação’, ‘permissão’, ‘requerimento’, ‘culpa’ e semelhantes”.²

* Departamento de Filosofia – PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

¹ FUMERTON, R. Epistemic justification and normativity. In STEUP, M. (Ed.). *Knowledge, truth, and duty*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2001, p. 49.

² ALSTON, W. The deontological conception of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W. *Epistemic justification: essays in the theory of knowledge*. Ithaca: Cornell University Press, 1989, p. 115.

VERITAS	Porto Alegre	v. 50	n. 4	Dezembro 2005	p. 219-233
---------	--------------	-------	------	---------------	------------

Uma visão diretamente iniciada por John Locke e recentemente defendida por alguns filósofos contemporâneos³ recorre à noção de dever ou obrigação para explicar o conceito de “justificação epistêmica”. O rótulo dado, muito recentemente, a essa visão é Deontologismo Epistêmico (DE). Alvin Plantinga chega a afirmar que “toda a noção de justificação epistêmica tem sua origem e residência nesse território deontológico do dever e da permissão, e é somente por meio da extensão análoga que o termo ‘justificação epistêmica’ é aplicado em outros sentidos”.⁴

De acordo com a literatura corrente, os termos ‘dever’ e ‘obrigação’ tem sido tratados como co-extensivos. Dizer que alguém tem um dever para executar uma ação é o mesmo que dizer que ele tem a obrigação de executar aquela ação. Ter um dever ou uma obrigação é estar sujeito a uma exigência normativa.⁵ Assim, se um sujeito *S* tem o dever de fazer uma ação *x*, então se exige que *S* faça *x*. Deveres fornecem alguma razão justificada para a ação. Se alguém explica por que fez alguma coisa, dizendo que era seu dever, então oferece uma justificação para a sua ação.

Os deveres podem ser concebidos tanto em relação a ações quanto em relação a crenças. Dizer que um sujeito *S* tem o dever de fazer ϕ significa que é exigido de *S* fazer ϕ . De forma semelhante, dizer que um sujeito *S* tem o dever de crer que *p* significa que se exige de *S* crer que *p*. O Deontologismo Epistêmico explica a justificação epistêmica por meio de deveres em relação a crenças e não em relação à busca ou consideração de mais evidências. O que se exige do sujeito é apenas que ele tome atitudes doxásticas⁶ de acordo com alguma regra.

Filósofos têm traçado numerosos paralelos entre o discurso ético e o discurso epistemológico em relação ao caráter avaliativo dos conceitos de justificação, racionalidade e garantia. Uma distinção fundamental em Ética, que pode, também, ser aplicada em Epistemologia, é entre os modelos normativos. Embora os epistemólogos não concordem sobre como analisar o conceito de justificação epistêmica, eles parecem concordar que ele é, em algum sentido, um conceito normativo. A preocupação última de uma teoria normativa é orientar os agentes em relação aos juízos acerca de ações admissível em situações particulares. Parece ser igualmente importante orientar os agentes que buscam decidir entre essa e aquela atitude doxástica, quando desempenham o papel de agentes epistêmicos.

³ Contemporaneamente, os defensores mais influentes do Deontologismo são Bonjour (BONJOUR, L. *The structure of empirical knowledge*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.), Chisholm (CHISHOLM, R. *Theory of Knowledge*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966 e 1977), Ginet (GINET, C. *Knowledge, perception, and memory*. Dordrecht: Reidel, 1975.) e Steup (STEUP, M. The deontic conception of epistemic justification. *Philosophical Studies* 53, 1988, p. 65-84; *An introduction to contemporary epistemology*. New Jersey: Prentice-Hall, 1996; Doxastic voluntarism and epistemic deontology. *Acta Analytica* 15, 2000, p. 25-56.).

⁴ PLANTINGA, A. *Warrant: The current debate*. Oxford: Oxford University Press, 1993a, p. 13-14.

⁵ FRAZIER, R. L. Duty. In CRAIG, E. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London and New York: Routledge, 1998.

⁶ Eu reduzo a três as atitudes doxásticas: crer, quando um sujeito está disposto a declarar uma determinada proposição como verdadeira; descrer, quando um sujeito está disposto a declarar uma determinada proposição como falsa; e, suspender o juízo, quando o sujeito ao considerar uma proposição nem está disposto a declará-la como verdadeira nem está disposto a declará-la como falsa.

Em relação à normatividade dos juízos morais, os filósofos oferecem dois pontos de vista, a saber, o teleológico e o deontológico.⁷ De acordo com William Alston, juízos epistêmicos são mais naturalmente entendidos em linhas teleológicas.⁸ De acordo com o modelo teleológico, uma atitude deve ser praticada, se e somente se o ato ou a regra produzir ou provavelmente produzir ou tiver por objetivo produzir uma maior quantidade de um estado de coisas favoráveis, em relação a um estado de coisas desfavoráveis, do que qualquer possível alternativa. Qualquer explicação sobre o significado normativo dos termos envolve inevitavelmente a referência a algo que possui valor intrínseco.

Se alguém assume uma visão teleológica na Ética, então todos os juízos éticos são, em última análise, juízos sobre o sentido no qual ações provavelmente produzem coisas de valor intrínseco, mas de um valor não-moral. Na Epistemologia, igualmente, se alguém assume uma visão teleológica, então o valor epistêmico das atitudes doxásticas depende de um valor intrínseco não-epistêmico que faz surgir ou que busca fazer surgir. As teorias teleológicas colocam o obrigatório e o epistemicamente bom na dependência do não-epistemicamente bom. Para saber qual a atitude doxástica correta, deve-se primeiro averiguar o que é bom, no sentido não-epistêmico, e depois indagar se a atitude doxástica em questão promove ou se destina a promover o bem naquele sentido.

Mas qual é o valor não-epistêmico escolhido pelos epistemólogos? Marian David comenta que “epistemólogos de todas as convicções tendem a invocar a meta de obter verdades e evitar falsidades (...). Nenhuma outra meta é invocada tão frequentemente como esta”.⁹ Assim, a perseguição à verdade imporá certos deveres a um agente doxástico. O cumprimento de deveres epistêmicos teria, neste sentido, um valor instrumental para aquisição do conhecimento.

⁷ Linda Zagzebski, explorando a analogia entre o modelo ético e o modelo epistemológico, afirma: “(...) não é surpresa que o tipo de teoria moral da qual estas teorias tomam emprestados conceitos morais são quase sempre uma teoria baseada em ato, ou deontológica ou consequencialista” (ZAGZEBSKI, L. *Virtues of the mind: an inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge*. Cambridge University Press, 1996, p. 7).

⁸ Alston, em “The concepts of epistemic justification”, apresenta a noção deontológica de justificação epistêmica como modelo de uma teoria teleológica. Ele escreve na nota (4) de seu artigo que o “leitor deveria ser advertido que ‘deontológico’, tal como usado aqui, não contrasta com ‘teleológico’, tal como é comum na teoria ética. De acordo com essa distinção, uma teoria ética deontológica, como a de Kant, não considera princípios de dever ou de obrigação como devendo seu *status* ao fato de que agir da maneira que eles prescrevem tende a realizar certos estados de coisas desejáveis, enquanto uma teoria teleológica, como o Utilitarismo, sustenta que é isto o que torna um princípio de obrigação aceitável. O fato de que nós não estamos usando ‘deontológico’ com esta força é mostrado pelo fato de que nós estamos pensando nas obrigações epistêmicas como devendo sua validade ao fato de que cumpri-las irá tender a levar à realização de um estado de coisas desejável; neste caso, um amplo corpo de crenças com uma razão verdade-falsidade favorável” (ALSTON, W. Concepts of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W., *op. cit.*, p. 84).

⁹ DAVID, M. Truth as the epistemic goal. In STEUP, M. (Ed.). *Knowledge, truth, and duty*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2001, p. 151.

Alguns filósofos identificam a noção deontológica com justificação epistêmica subjetiva. No entanto, ter justificação epistêmica subjetiva parece não ser suficiente para alcançar a desejada excelência epistêmica. Por outro lado, alguns tentam identificar a noção deontológica com justificação epistêmica objetiva, mas isso parece colocar de lado a característica fundamental dessa noção, a saber, a irrepreensibilidade epistêmica. A busca por uma resolução para essa divergência conduz a uma dessemelhança com a Ética: a distinção entre justificação objetiva e subjetiva.

A distinção entre justificação objetiva e subjetiva é uma das mais básicas em Ética e Epistemologia. Epistemólogos têm construído suas teorias ou de acordo com a exigência objetiva, ou de acordo com a exigência subjetiva. A tendência é utilizar a distinção de forma análoga àquela já vigente na Ética. Fazer a distinção entre justificação ética objetiva e subjetiva pode eliminar algumas ambigüidades.

Considere o *caso do paciente na C.T.I.* (Centro de Tratamento Intensivo). Suponha que um médico encontra-se diante de um paciente com uma grave doença. A doença será fatal, a menos que seja tratada imediatamente. Um tratamento adequado reclama a administração ou do medicamento A ou do medicamento B. O médico sabe que o medicamento A é mais eficaz que o medicamento B. Noventa e cinco por cento dos pacientes que recebem o medicamento A sobrevivem, contra quarenta por cento dos que recebem o medicamento B. Entretanto, o medicamento A possui uma reação adversa fatal. Três por cento dos pacientes desenvolvem uma reação alérgica e, conseqüentemente, morrem. O escolhido para esses pacientes é o medicamento B. Em circunstâncias ideais, o médico solicitaria que testes fossem feitos, para verificar se o paciente é ou não alérgico ao medicamento A. No entanto, considere que não há tempo para testes e o paciente encontra-se em coma. Considere, ainda, que o médico, fazendo tudo o que podia para saber se o paciente era ou não alérgico, não encontrou qualquer evidência de que ele o fosse. E, como era uma emergência, teve que fazer uma escolha. O médico não sabe como o paciente reagirá ao medicamento. Mesmo assim, toma a decisão por administrar o medicamento...

Alguém poderia dizer que a sua decisão por administrar o medicamento A foi correta, em virtude de escolher o plano de tratamento baseado nas evidências ou razões que possuía naquele momento, e que melhor serviriam ao paciente, mesmo que a conseqüência direta da sua decisão tenha sido a morte do paciente. Por outro lado, alguém poderia dizer que a sua decisão por administrar o medicamento B foi correta, em virtude de ser o plano que melhor serviria ao paciente, independentemente das evidências ou razões que possuía. De acordo com Richard Feldman, o primeiro sentido de “correto” é subjetivo e o segundo, objetivo.¹⁰ Entretanto, é preciso notar que o ponto fundamental é que “justificação objetiva em Ética é

¹⁰ Cf. FELDMAN, R. Epistemology and ethics. In CRAIG, E., *op. cit.*

tomada como sendo independente das crenças ou estados cognitivos do agente”.¹¹ Mas, justificção subjetiva é, em algum sentido, sempre relativa às suas crenças ou estados cognitivos. Portanto, a propriedade que distingue justificção objetiva de justificção subjetiva está diretamente relacionada às *crenças ou estados cognitivos do sujeito*.

Epistemólogos como John Pollock,¹² Alvin Goldman,¹³ William Alston¹⁴ e outros¹⁵ têm sugerido que existe uma distinção análoga entre justificção objetiva e subjetiva em Ética e Epistemologia.

Considere a seguinte passagem, em que John Pollock, após descrever o caso de um homem que crê sinceramente ser moralmente permitido afogar uma menina, explica que existem dois sentidos para o termo ‘dever’ e que, em Epistemologia, esses dois sentidos são análogos. Escreve Pollock:

Este tipo de diálogo tradicionalmente tem sido tomado para mostrar que existem dois sentidos de ‘dever’ em Ética – um sentido subjetivo e um sentido objetivo. No sentido objetivo, nosso homem não deveria ter afogado sua filha; mas, no sentido subjetivo, dadas suas crenças erradas objetivamente, ele fez o que ele deveria ter feito... A mesma distinção, ou uma análoga, é trabalhada em Epistemologia. O que está sendo tratado é o que uma pessoa deveria crer. Mas, exatamente como em Ética, nós podemos distinguir entre o que uma pessoa deveria crer, dado o que são de fato boas razões para crer em alguma coisa, e o que uma pessoa deveria crer, dada sua possível crença errada sobre razões. A primeira é o sentido objetivo de ‘dever crer’ e a última, o sentido subjetivo.¹⁶

No entanto, note que John Pollock, embora alegue que a distinção entre o sentido objetivo e o subjetivo de ‘dever’ seja análoga à distinção feita na Ética, constrói a distinção a partir do sentido objetivo. Um outro filósofo que faz uma substituição semelhante é William Alston, que utiliza a expressão ‘ter evidência adequada’.¹⁷ Considerando a distinção proposta por Pollock, tem-se que justificção objetiva em Epistemologia pode ser definida como:

(J_o¹) A crença de S que p está objetivamente justificada em Epistemologia sse S tem boas razões para crer que p.

Se justificção epistêmica objetiva depende da posse de boas razões para crer, então ela depende das *crenças ou estados cognitivos do sujeito*. Mas justificção ética objetiva não depende, em qualquer sentido, das crenças ou estados

¹¹ FELDMAN, R. Subjective and objective justification in epistemology. *The Monist* 71, 1988, p. 407-8.

¹² POLLOCK, J. A plethora of epistemological. In PAPPAS, G. S. *Knowledge and justification*. Dordrecht: D. Reidel, 1979, p. 109-110.

¹³ GOLDMAN, A. *Epistemology and cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986, p. 73.

¹⁴ ALSTON, W. Concepts of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W., *op. cit.*, p. 87.

¹⁵ Com uma abordagem diferente dos demais, ainda podem ser citados Hilary Kornblith (KORNBLITH, H. *Ever Since Descartes*. Reprinted. In AXTELL, G. *Knowledge, belief, and character*. Lanham, USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2000, p. 41-52) e Jonathan Kvanvig (KVANVIG, J. *Subjective Justification*. *Mind*, 1984, p. 71-84).

¹⁶ POLLOCK, J. A plethora of epistemological theories. In PAPPAS, G. S. *Knowledge and justification*. Dordrecht: D. Reidel, 1979, p. 109-110.

¹⁷ ALSTON, W. Concepts of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W., *op. cit.*, p. 88.

cognitivos do sujeito. Portanto, justificação epistêmica objetiva não é análoga a justificação ética objetiva, como argumentou corretamente Richard Feldman em seu *Subjective and objective justification in Epistemology*.¹⁸

Qual seria, então, em Epistemologia, o análogo de justificação ética objetiva? Obviamente, aquela noção que for independente das crenças e estados cognitivos do sujeito. Considere a relação estabelecida por John Pollock e Joseph Cruz entre a distinção objetiva/subjetiva em Ética e Epistemologia. Eles mostram que a analogia perfeita seria relacionar justificação subjetiva à justificação epistêmica e justificação objetiva à crença verdadeira. A argumentação é delineada da seguinte forma:

Nós podemos descrever uma semelhante distinção subjetiva/objetiva em Epistemologia. O análogo epistêmico de responsabilidade moral é justificação epistêmica. Uma pessoa será 'responsável epistemicamente' apenas no caso de suas crenças estarem justificadas. Em outras palavras, justificação epistêmica corresponde à obrigação moral *subjetiva*. O que determina se uma crença está justificada é o que mais o agente epistêmico *acredita* sobre o mundo... – não o que é de fato verdade sobre o mundo. Isso parece mostrar que, se quaisquer considerações de confiabilidade de fato podem [estar] relacionadas, isso não é justificação epistêmica. Qual é o análogo? Existe um análogo claro – justificação epistêmica objetiva diz respeito àquilo que você deveria crer, se você fosse informado de todas as verdades relevantes. Mas o que você deveria crer, se você fosse informado de todas as verdades relevantes, é apenas *todas as verdades*. Em outras palavras, o análogo epistêmico de justificação objetiva é a *verdade*.¹⁹

Note-se que John Pollock e Joseph Cruz mantêm que justificação epistêmica depende das crenças ou estados cognitivos do sujeito. Caso contrário, não é justificação epistêmica. Se o sentido de justificação ética objetiva tem relação com o melhor ato que um sujeito poderia realizar, então, analogamente, se considerasse todas as verdades relevantes, a melhor atitude doxástica que um sujeito deveria tomar seria crer em todas elas. Nesse sentido, a justificação epistêmica objetiva seria definida da seguinte forma:

(J_o²) A crença de S que p está objetivamente justificada em Epistemologia sse p é verdadeira.

Mas, segundo Richard Feldman,²⁰ isso é certamente contra-intuitivo, visto que 'justificação' é um termo avaliativo. Se justificação epistêmica for identificada com verdade, então isso torna 'justificação' um conceito não-avaliativo. Se os melhores epistemólogos asseguram que 'justificação epistêmica' é um termo avaliativo, então, nesse caso, (J_o²) deve ser rejeitada. Assim, enquanto justificação ética objetiva independe das crenças ou estados cognitivos do sujeito, justificação epistêmica objetiva mostra-se dependente das crenças ou estados cognitivos do sujeito.

¹⁸ FELDMAN, R. Subjective and objective justification in Epistemology, p. 405-419.

¹⁹ POLLOCK, J. and CRUZ, J. *Contemporary theories of knowledge*. 2. ed. Lanham, USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1999, p. 141.

²⁰ FELDMAN, R. Subjective and objective justification in epistemology, p. 410-411.

Por outro lado, John Pollock, ao analisar a justificação epistêmica subjetiva, traça perfeitamente a analogia com justificação ética subjetiva. Dado o paralelo, tem-se que justificação epistêmica subjetiva pode ser analisada assim:²¹

(J_s¹) A crença de S que p está subjetivamente justificada em Epistemologia sse S crê que está justificado objetivamente em crer que p.

Entretanto, Richard Feldman²² rejeita justificação epistêmica subjetiva entendida nesses termos. Simplesmente crer que se tem boa razão para crer em uma proposição não parece fornecer uma boa escusa epistêmica para crer.

Mas, se justificação epistêmica objetiva depende da perspectiva do sujeito, então como distinguir justificação epistêmica objetiva de subjetiva? Alvin Goldman²³ sugere que estar justificado aparentemente significa estar justificado em crer que se está justificado em crer. Nesse sentido, estar justificado aparentemente ou subjetivamente, em Epistemologia, é ter justificação de segunda ordem. Assim, pode-se descrever uma segunda noção de justificação epistêmica subjetiva como segue:

(J_s²) A crença de S que p está subjetivamente justificada em Epistemologia sse S tem boas razões para crer que está objetivamente justificado em crer.

Em outras palavras, ter justificação epistêmica subjetiva para crer significa ter boas razões para crer que há boas razões para crer em uma proposição. De acordo com William Alston, no entanto, por mais que S creia justificadamente serem suas bases adequadas, se elas não o são, então sua crença de que p sobre aquelas bases não estará objetivamente justificada.²⁴

Uma outra visão de justificação subjetiva foi proposta por Bruce Russell. Ele assumiu, como ponto central, que o sujeito seja epistemicamente irrepreensível ao crer. Para introduzi-la, Bruce Russell observa, em um caso semelhante ao *do paciente na C.T.I.*, que (1) o médico *fez tudo o que podia*, para saber se o paciente era alérgico ou não ao medicamento A; e que (2) o médico *não tinha qualquer evidência contra* a administração do medicamento A. Para Bruce Russell, embora o médico não tenha cumprido o seu dever objetivo, ele cumpriu o seu dever subjetivo. O que ele está tentando mostrar, salientando a conjunção entre (1) e (2), é que a ignorância do médico sobre a reação alérgica iminente, caso administrasse o medicamento A, não é culpável. Ignorância não-culpável serve como uma legítima escusa.²⁵ Assim, alguém está subjetivamente justificado em Ética sse o sujeito não tem razão adequada para pensar que está errado ou tem uma escusa legítima. Analogamente, em Epistemologia, alguém está justificado subjetivamente sse é

²¹ William Alston propõe uma definição semelhante de justificação epistêmica subjetiva. Nesse sentido, 'S está subjetivamente justificado em crer que p sse S crê que ele possui evidência adequada para p' (ALSTON, W. Concepts of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W., *op. cit.*, p. 88).

²² FELDMAN, R. Subjective and objective justification in epistemology, p. 411.

²³ GOLDMAN, A. *Epistemology and cognition*, p. 73.

²⁴ ALSTON, W. Concepts of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W., *op. cit.*, p. 102.

²⁵ RUSSELL, B. Epistemic and moral duty. In STEUP, M., *op. cit.*, p. 35.

epistemicamente irrepreensível em crer. A sua noção de *consciência epistêmica* pode fornecer um elemento importante para a constituição de uma terceira noção de justificação epistêmica subjetiva, a saber:

(J_s^3) A crença de S que p está subjetivamente justificada em Epistemologia sse S não crê que sua crença está fundada sobre má evidência ou que a sua crença não foi produzida confiavelmente.²⁶

A noção de justificação epistêmica subjetiva apresentada acima parece corresponder à noção de irrepreensibilidade epistêmica. O fato de alguém crer contrariamente a sua consciência epistêmica o torna epistemicamente culpado; portanto, privado de justificação epistêmica subjetiva (J_s^3).

Entre as várias noções de justificação epistêmica, objetiva e subjetiva, consideradas, restaram apenas três definições plausíveis, a saber, (J_o^1), (J_s^2) e (J_s^3). Se justificação epistêmica pode ser explicada em função do termo ‘dever’, então é possível converter aquelas três definições em três tipos de deveres epistêmicos. Aplicando os três tipos de justificação ao Deontologismo Epistêmico, tem-se que:

(DE_o^1) S tem um dever epistêmico objetivo para crer que p sse S tem boas razões para crer que p.

(DE_s^2) S tem um dever epistêmico subjetivo para crer que p sse S tem boas razões para crer que tem boas razões para crer que p.

(DE_s^3) S tem um dever epistêmico subjetivo para não crer que p sse S crê que sua crença está fundada sobre má evidência ou que a sua crença não foi produzida confiavelmente.

Qual ou quais delas representam melhor a noção deontológica de justificação epistêmica? Antes de responder a esta pergunta, é importante considerar que a noção de dever epistêmico subjetivo (DE_s^3) não é equivalente à noção de dever epistêmico subjetivo (DE_s^2). Considere o caso – narrado por Bruce Russell – em que um estudante crê que Deus não existe, como consequência da pressão de seu amigo ateu, embora o aluno, com base nos argumentos do seu professor, pudesse ter boas razões para crer que sua crença está justificada objetivamente. Ele de fato crê que não está justificado objetivamente. Conquanto o estudante tenha justificação epistêmica subjetiva (DE_s^2) para crer que Deus não existe, ele é epistemicamente culpável, porque sua crença é contrária a sua consciência epistêmica. Isso significa que ele violou (DE_s^3). Ter justificação epistêmica subjetiva (DE_s^2) não é suficiente para ser epistemicamente irrepreensível, no sentido de (DE_s^3). Não crer que não se está objetivamente justificado em crer em uma proposição é suficiente para tornar alguém epistemicamente irrepreensível quando crê naquela proposição, mas não para ter justificação epistêmica subjetiva (DE_s^2). Para justificação subjetiva (DE_s^2), é necessário ter boas razões para crer que se está justificado objetivamente, enquanto, para justificação (DE_s^3), basta ter uma legítima escusa. Justificação subjetiva (DE_s^2) nem é necessária, nem suficiente para (DE_s^3).

²⁶ Eu utilizo o termo ‘confiavelmente’ apenas como sinônimo de “de forma conducente à verdade”.

Recentemente, William Alston, em seu *Concepts of epistemic justification*, apresentou um dos mais extensos tratamentos do conceito de justificação epistêmica. A estratégia desenvolvida por ele para avaliar algumas das mais proeminentes noções de justificação epistêmica consiste em distingui-las entre teorias deontológicas e não-deontológicas. No entanto, apesar de as teorias deontológicas ocuparem um lugar predominante na tradição epistemológica, Alston argumenta que elas não fornecem uma base adequada para garantir um *status* positivo frente ao fim de crer em verdades e evitar crer em falsidades. Mas, se justificação epistêmica é considerada por muitos como aquela propriedade que transforma crença verdadeira em conhecimento (desconsiderando os casos tipo Gettier), então, se as teorias deontológicas não fornecem uma base suficiente para garantir a uma crença o *status* de justificada, não são candidatas a preencher a famosa terceira condição. O que Alston parece indicar é que a propriedade que possibilita à justificação epistêmica preencher a terceira condição do conhecimento é a sua suficiente *conducência à verdade*. Mas quais são os argumentos que William Alston oferece para colocar em xeque a proeminente tradição deontológica?

Dizer que uma crença está deontologicamente justificada vale dizer que o sujeito não falhou em cumprir o seu dever epistêmico em relação a ela. Assim, uma crença justificada deontologicamente é uma crença epistemicamente permitida, não-culpável. William Alston afirma haver uma única obrigação epistêmica relevante: a obrigação de crer que p só se S tem evidência adequada para p . E distingue vários tipos de deveres, que darão origem a vários tipos de teorias deontológicas da justificação. Deveres epistêmicos podem ser objetivos, subjetivos, cognitivos ou motivacionais. Entretanto, Alston rejeita a versão subjetiva, visto que meramente *crer que se tem boa razão para crer* não é uma boa escusa para sustentar p . Rejeita a versão objetiva, visto que justificação deontológica é uma questão de estar livre de culpa para crer, e esse traço não é encontrado no mero fato *de ter boa razão para crer*. Rejeita a versão motivacional, por ser um modo parasítico dos outros modos. Mas, escolhe a versão cognitiva, que requer *ter boa razão para crer que se tem boa razão para crer*, em virtude de melhor compreender o sentido de irrepreensibilidade. Alston parece reconhecer que, se alguém está justificado em crer que sua evidência é adequada, ainda que de fato não o seja, não pode ser culpado por negligência. Sua crença, nesse caso, é epistemicamente irrepreensível. Para ele, o significado da versão cognitiva é o que realmente expressa o que significa estar justificado deontologicamente. Justificação epistêmica deontológica expressa na versão cognitiva possui a mesma extensão da definição de (DE_s^2) , vista anteriormente.

Por outro lado, Alston oferece o que ele chama de sentido ‘avaliativo’ da justificação epistêmica, que não envolve uma dimensão deontológica. Dizer que S está justificado em crer que p significa dizer que S tem base adequada para a sua crença, onde ‘adequado’ é a base falível suficientemente indicativa da verdade de p .

Entretanto, William Alston não identifica justificaco epistêmica com verdade. Antes, reconhece que “[a] independência lógica entre verdade e justificaco é um ponto central da literatura epistemológica”. No que segue, ele distingue, semelhantemente ao que fez antes com a noo deontológica, três tipos de justificaco. Existem, portanto, uma versão objetiva, subjetiva e cognitiva do sentido ‘avaliativo’ de justificaco epistêmica.

Alston rejeita a versão subjetiva, pelas mesmas razões que rejeitou a versão deontológica subjetiva. Rejeita a versão cognitiva, visto que estar justificado  mais uma questão de ser uma boa coisa, do ponto de vista epistêmico, do que ser ou não epistemicamente irrepreensível. Ele escolhe a versão objetiva, em virtude de melhor expressar o que se espera de justificaco epistêmica. De acordo com H. Vahid,²⁷ dois princípios parecem guiar a abordagem de Alston: (a) justificaco deontológica é, mais centralmente, uma questão de estar “livre de censura”; e (b) existe algo errado em crer na ausência de evidência adequada. Note-se que é (a), mais que (b), a identificar a propriedade central da justificaco deontológica. A versão objetiva da justificaco deontológica é rejeitada, por não satisfazer (a), mesmo satisfazendo (b). Por razões precisamente opostas, Alston toma a versão cognitiva como modelo de justificaco deontológica. E ele está correto ao identificar justificaco deontológica com irrepreensibilidade epistêmica. Mas não está correto ao identificar irrepreensibilidade epistêmica com a versão cognitiva, e, conseqüentemente, com (DE_s^2) , visto que a versão cognitiva tem a mesma extensão de (DE_s^2) . (DE_s^2) não  condio necessária nem suficiente para (DE_s^3) , que parece melhor expressar a noo de irrepreensibilidade epistêmica. Apesar disso, ele critica a concepo deontológica cognitiva, por falhar em ‘dar-nos o que nós esperamos de justificaco epistêmica’ uma vez que “eu posso ter feito o que razoavelmente poderia ser esperado de mim na administrao e no cultivo de minha vida doxástica e, ainda assim, sustentar uma crena sobre bases escandalosamente inadequadas”.²⁸

As fontes possíveis da discrepância incluem o que ele chama de ‘isolamento cultural’ e ‘deficiência nos poderes cognitivos’. O primeiro caso envolve um sujeito que cresceu em uma comunidade isolada, na qual qualquer um aceita inquestionavelmente as tradies da tribo como confiáveis. Não existem meios de a tradio ser desafiada. E o sujeito, sendo atualmente inábil para expor-lhes contra-evidências, dificilmente poderia ser censurado por tom-las como confiáveis. Ele está, segundo Alston, justificado, de acordo com a versão cognitiva, sustentando essa crena, apesar do fato de “a tradio da tribo poder ser uma razão muito pobre para crer que p”. Note que, agora, Alston rejeita que o sujeito esteja justificado com base em (b). Entretanto, de acordo com (DE_s^3) , considerando ainda o caso do isolamento cultural, não  necessário exigir que a tradio da tribo fornea boas razões para crer. Considere-se o caso em que um sujeito forma uma crena

²⁷ VAHID, H. Deontic vs. nondeontic conceptions of epistemic justification. *Erkenntnis* 49, 1998, p. 289.

²⁸ ALSTON, W. Concepts of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W., *op. cit.*, p. 95.

com base *no que ele desejaria que fosse verdade*.²⁹ Nele o sujeito vive em uma sociedade na qual formar crenças com base no que se deseja ser verdadeiro é aceito como uma prática comum. Conseqüentemente, ele não pode ser culpado por estar engajado em tal prática. Nesse caso, o sujeito não está objetivamente justificado no sentido de (DE_o)¹, mas está justificado no sentido (DE_s)³, visto sua crença não ser culpável.

Mas por que Alston se ocupou com o caso do *isolamento cultural*? Obviamente para destacar a deficiência da concepção deontológica de justificação epistêmica em ser suficientemente conducente à verdade. Nesse sentido, cumprir deveres epistêmicos não parece ser suficientemente conducente à verdade.³⁰ Isso coloca em xeque a conexão entre deveres epistêmicos e o fim de ter crenças verdadeiras e evitar crenças falsas. Para Alston, não basta ter o objetivo de possuir um amplo corpo de crenças, com uma razão verdade-falsidade favorável; “a base deve ser tal que a probabilidade de a crença ser verdadeira, dada aquela base, é muito alta”.³¹ Somente uma crença apoiada sobre uma base adequada³² pode estar justificada.

Dessa forma, se uma base não é suficientemente indicativa da verdade da proposição que apóia, então não lhe fornece condição de estar justificada. Em outras palavras, dada uma base *q*, se *q* for verdadeira e *p* não for pelo menos provavelmente verdadeira, então *q* não é uma base adequada para *p*. Para Alston, simplesmente ter evidência adequada para crer que está objetivamente justificado não coloca o sujeito em uma posição favorável, frente ao fim epistêmico. O que Alston parece estar pensando é que (a) e (b) são independentes,³³ mas isso não significa serem incompatíveis.³⁴ Porque se (a) e (b) são incompatíveis, então uma crença não pode, ao mesmo tempo, estar numa perspectiva suficientemente favorável, em relação ao fim epistêmico, e ser epistemicamente irrepreensível.

De uma perspectiva teleológica, o melhor método de se tentar crer em verdades e não crer em falsidades é aquele que de fato é o mais eficiente, e o mais eficiente é aquele que produz ou provavelmente produz mais crenças verdadeiras do que falsas num grande corpo de crenças. No entanto, Feldman, em seu *Epistemic obligations*,³⁵ sugere que “há um outro método de se tentar crer em verdades”. Esse método é “crer naquilo que é sustentado ou justificado pelas evidências que se têm e evitar crer naquilo que não é sustentado pelas evidências que se têm”. Em outras palavras, alguém deve crer “exatamente naquilo que é

²⁹ O termo em língua inglesa é “wishful thinking”.

³⁰ ALSTON, W. Concepts of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W., *op. cit.*, p. 95.

³¹ *Id.*, *ibid.*, p. 231s

³² *Idem*, The deontological conception of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W., *op. cit.*, p. 229. Base de crenças, na sua teoria, consiste em quaisquer outras crenças ou experiências apropriadas.

³³ *Idem*, Concepts of epistemic justification. Reprinted. In ALSTON, W., *op. cit.*, p. 102.

³⁴ “Eu posso equivocadamente acreditar que minha evidência é adequadamente sustentada, e eu posso equivocadamente supor que eu estou justificado em aceitá-la. Porém, (...) se eu não estou justificado em aceitar a evidência para *p*, então minha crença nela não pode me tornar justificado em crer que *p*, seja quão adequada for essa evidência” (*id.*, *ibid.*, p. 89).

³⁵ FELDMAN, R. Epistemic obligations. *Philosophical Perspectives* 2, 1988, p. 254.

sustentado pelas evidências de que dispõe na ocasião”. Por outro lado, Feldman, em seu *The ethics of belief*, comenta que, “se você está em circunstâncias infelizes, nas quais as informações que você tem guiam você para falsidades, seguir suas evidências não é o melhor meio para a verdade”.³⁶ Conseqüentemente, crer de acordo com as evidências que se possuem na ocasião não é o método mais eficiente para crer em verdades e evitar crer em falsidades. Isso significa que a conjunção entre o Deontologismo e o Evidencialismo não é o melhor meio para satisfazer a conjunção entre (a) e (b).

Note-se que, de acordo com uma larga tradição na Ética, “existe uma íntima conexão entre os conceitos de justificação, culpabilidade e responsabilidade”.³⁷ Estar justificado nesse sentido significa agir irrepreensivelmente, isto é, livre de culpa. Mas esse é, justamente, o sentido central de justificação subjetiva, seja ela ética ou epistêmica. O sentido de irrepreensibilidade epistêmica de (DE_s³) não depende das boas evidências que alguém possui.

Entretanto, assumir (DE_s³) também permite assegurar a compatibilidade entre (a) e (b). A noção de justificação expressa em (DE_s³) não é conducente à verdade, mas não é incompatível com ela. Exigir que o Deontologismo Epistêmico seja conducente à verdade é fazer-lhe uma exigência muito forte, desnecessária para satisfazer a noção de irrepreensibilidade epistêmica, que é o ponto arquimédico sobre o qual está apoiada a noção de justificação deontológica. Portanto, (DE_s³) é a que melhor representa a noção deontológica de justificação epistêmica.

IV

Todavia, a pergunta central é: não violar deveres epistêmicos é uma condição necessária para ter conhecimento? Seria a versão (DE_s³) da noção deontológica de justificação epistêmica uma condição necessária para o conhecimento? De acordo com uma larga tradição, justificação epistêmica é tomada como uma condição necessária para o conhecimento. Entretanto, Alvin Plantinga, em *Warrant*, argumentou que justificação epistêmica não é uma condição necessária para o conhecimento.³⁸ Ele atacou precisamente a visão de Roderick Chisholm, o famoso defensor da seguinte tese: como seres intelectuais, nós temos o dever de fazer o melhor possível para obtermos a verdade e evitarmos falsidades.³⁹ Portanto, o seu alvo foi a noção deontológica de justificação epistêmica, apesar do endosso de uma venerável tradição. Alvin Plantinga alegou, por meio de um único pretenso contra-exemplo, que alguém poderia ter conhecimento mesmo quando viola seus deveres epistêmicos.

³⁶ *Idem*. The ethics of belief. *Philosophy and Phenomenological Research* 3, 2000, p. 683

³⁷ STEUP, M. *An introduction to contemporary epistemology*. New Jersey: Prentice-Hall, 1996, p. 82.

³⁸ PLANTINGA, A. *Warrant: the current debate*, p. 45.

³⁹ CHISHOLM, R. *Theory of knowledge*. 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977, p. 14.

Nesse exemplo, um grande ônibus vermelho de Londres está próximo a um sujeito *S*, mas *S* tem razões para crer que, se ele crer de acordo com a inclinação dos seus sentidos, acabará acreditando em muitas falsidades. Isso porque *S* crê, sem culpa, que seres de Alfa Centauro querem influenciá-lo, a fim de que ele tenha muitas crenças falsas, se ele crer que está vendo vermelho quando algo está parecendo vermelho. No entanto, *S* também crê que tem um dever epistêmico para tentar alcançar e manter a excelência epistêmica, entendido aqui como maximizar a verdade e minimizar a falsidade em um amplo corpo de crenças. Assim, *S* faz um grande esforço para não crer que está vendo vermelho quando algo lhe está parecendo vermelho. Todavia, não está dentro do seu poder evitar a crença de que está vendo um ônibus vermelho quando lhe parece que um ônibus vermelho está a sua frente. “Então esta deveria ser uma crença que está injustificada para mim” – afirma Plantinga; “aceitando-a, eu deveria estar indo de encontro ao dever epistêmico; não obstante, poderia isso não constituir conhecimento?”⁴⁰ Depois de apresentar o exemplo do ônibus, Plantinga afirma, “eu penso que justificação assim chamada – justificação deontológica – não é necessária para garantia [*warrant*]. Justificação é a qualidade de uma coisa, uma ocorrência valiosa – tanto intrinsecamente como extrinsecamente; mas nem necessária nem suficiente para garantia”.⁴¹

Não pretendo, aqui, avaliar o ataque de Plantinga sobre a versão de Chisholm da noção deontológica de justificação epistêmica, mas analisar o caso da perspectiva da justificação epistêmica subjetiva (DE_s^3). De acordo com (DE_s^3), pessoas que formam crenças contrárias a sua consciência epistêmica estão predispostas a crer que sua crença está fundada sobre péssima evidência ou que não foi produzida confiavelmente. Se elas acreditam no que é verdadeiro, então alcançam o objetivo acidentalmente. E esse elemento acidental é incompatível com o conhecimento. A consciência epistêmica de um sujeito compreende aquelas convicções epistêmicas fundamentais que resguardam o sentido de integridade epistêmica. Violar as exigências de sua consciência é forçá-lo a desistir do próprio sentido de integridade. Assim, se, no caso do ônibus vermelho, o sujeito acreditou contrariamente a sua consciência epistêmica, então a sua atitude doxástica é repreensível. De fato, o sujeito pensava ter um dever para crer em mais verdades do que falsidades no longo prazo. E também pensava que crer que via um ônibus vermelho, quando estava diante de um ônibus vermelho, não estava de acordo com o seu dever. Assim, ao crer que via um ônibus vermelho, o sujeito acreditou contra a sua consciência epistêmica. Por outro lado, se o sujeito pensasse ter um dever para crer em verdades agora, desconsiderando qualquer consequência futura, e não acreditasse que a sua crença de que ‘há um ônibus vermelho na minha frente’ está fundada sobre péssima evidência ou não foi produzida confiavelmente, então a sua atitude doxástica seria epistemicamente irrepreensível.

⁴⁰ PLANTINGA, A. *Warrant: the current debate*, p. 45.

⁴¹ *Id.*, *ibid.*, p. 45.

Aquilo que torna a atitude doxástica de um agente justificada está em função do que não lhe é epistemicamente impróprio da sua perspectiva. Afinal, “[n]ão se pretenderá negar” – afirma De Almeida – “que nós estamos equipados com um mecanismo de controle de qualidade epistêmica. Nós aprendemos, desde cedo, a confiar em nossas faculdades cognitivas em certas circunstâncias, e, também, aprendemos a desconfiar delas em outras”.⁴² Todavia, não é necessário que as convicções epistêmicas fundamentais do sujeito sejam verdadeiras. Note-se que adquirir crença verdadeira não é suficiente para tornar alguém epistemicamente irrepreensível. Por outro lado, encontrar-se na situação de ter ou ter tido crenças falsas também não implica que sua performance epistêmica é censurável. O fato é que não basta alcançar a verdade acidentalmente.

Se o que se quer é o tipo de conhecimento que crianças pequenas e animais podem ter, então (DE_s)³ não é uma condição necessária para o conhecimento. Mas, se o que se quer é o tipo de conhecimento que seres humanos com razoável grau de desenvolvimento cognitivo são capazes de adquirir, então (DE_s)³ é uma condição necessária para o conhecimento. Quando seres humanos com razoável grau de desenvolvimento cognitivo adquirem conhecimento, eles, frequentemente, querem saber que sabem. Afinal, se alguém crê, ainda que falsamente, que sua crença está fundada sobre má evidência ou que a sua crença não foi produzida confiavelmente, então, enquanto mantém essa crença, ele não pode saber que sabe, mesmo que ele de fato saiba.⁴³

Para saber que se sabe é necessário crer que se sabe. Se eu não creio que sei, então não posso saber que sei. Justificação epistêmica pode ser explicada em função da verdade, mas não unicamente em função da verdade. Justificação epistêmica deontológica (DE_s)³ tem um valor epistêmico contributivo. Afinal, certos tipos de experiências ou atividades podem ter valor contributivo se forem um componente de algum valor intrínseco existente e contribuir para este valor, sem ser um meio para ele.

⁴² ALMEIDA, Cláudio de. Uma versão do deontologismo epistêmico. In. SOUZA, D. G. (Org.). *Amor scientiae: festschrift em homenagem a Reinholdo Aloysio Ullmann*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 131.

⁴³ Cláudio de Almeida propõe o seguinte princípio: “Será certamente óbvio que qualquer epistemologia defensável deve abrigar a possibilidade de metaconhecimento – i.é, deve abrigar a possibilidade de que uma pessoa saiba que sabe que p quando ela sabe que p. No entanto, nenhuma epistemologia para a qual a justificação epistêmica seja condição necessária para o conhecimento poderá acomodar essa possibilidade, a menos que incorpore o seguinte princípio: S está justificado ao crer que p em t, somente se não é o caso de que, em t, S crê que não está justificado ao crer que p em t. Se S crê falsamente, que não está justificado ao crer que p, então, enquanto mantém essa crença falsa, S não pode saber que sabe que p, mesmo que ele, de fato, saiba que p; pois, para saber que ele (presentemente) sabe que p, ele teria que ter uma crença que implica que ele (presentemente) está justificado ao crer que p – a saber: ‘Eu (presentemente) sei que p’” (ALMEIDA, Cláudio de. Uma versão do deontologismo epistêmico. In GONZAGA, D., *op. cit.*, p. 133).

V

Defender a existência de deveres epistêmicos subjetivos pode ser uma solução para deontologistas, visto que a idéia de irrepreensibilidade epistêmica está mais para uma noção subjetiva do que para uma objetiva, como mostrou Alston. No entanto, não é necessária uma noção de justificação subjetiva diretamente conectada com o Evidencialismo. Eu penso que (DE_s^3) é uma condição necessária para o conhecimento, mas discordo que ela epistemiza, isto é, converte crença verdadeira em conhecimento. Uma versão subjetiva do Deontologismo Epistêmico é a que melhor caracteriza a noção de irrepreensibilidade epistêmica. Afinal, aqueles que formam crenças contrárias a sua consciência epistêmica estão, ao mesmo tempo, predispostos a crer que sua crença não está fundada sobre uma base adequada, porque mesmo que creiam no que é verdadeiro, alcançam o objetivo acidentalmente, segundo seus próprios padrões. E isso é algo indesejável. O elemento acidental que emerge daí é incompatível com o conhecimento. Portanto, se ninguém pode ter crença que seja um caso de conhecimento a menos que seja epistemicamente irrepreensível, então não violar deveres epistêmicos subjetivos é uma condição necessária para o conhecimento.⁴⁴

⁴⁴ Agradeço a Cláudio de Almeida pelas preciosas críticas e sugestões a esse ensaio.